

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

O CAPITAL SUJEITO HISTÓRICO DE POSTONE: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Recebido em 07/09/2022

Aprovado em 28/06/2023

O CAPITAL SUJEITO HISTÓRICO DE POSTONE: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Resumo

Argumenta-se neste artigo que a reconstrução de *O Capital* feita por Postone se fundamenta em uma dialética da identidade em que as diferenças aparecem para ser colapsadas em uma igualdade. Deste modo todas as diferenças que surgem no interior do capital como processo aparentemente automático de valorização do valor são anuladas no sujeito capital e nas categorias dos quatro primeiros capítulos. Assim Postone faz desaparecer a luta de classes como possibilidade de superação do capital e a classe trabalhadora como potencial sujeito revolucionário, ao contrário do que faz Marx. O artigo conclui que o autor faz uma inversão materialista do pós-modernismo, adotando sua concepção de poder, negando o sujeito revolucionário e visando a superação do sujeito, da totalidade e da dialética.

Palavras-chave: Postone, sujeito histórico, dialética.

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Niep-Marx.

Email: andreaugusto@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1077-2288>

Abstract

It is argued in this paper that Postone's reconstruction of "Capital" is based on a dialectic of identity in which differences appear to be collapsed into equality. In this way all the differences that arise within capital as an apparently automatic process of valorization of value are collapsed by Postone into the subject capital and the categories of the first four chapters of "Capital". Thus Postone makes the class struggle disappear as a possibility of overcoming capital and the working class as a potential revolutionary subject, contrary to what Marx does in "Capital". The article concludes that Postone makes a materialist inversion of postmodernism, adopting its conception of power, denying the revolutionary subject and aiming at the overcoming of the subject, totality and dialectics

Keywords: Postone, historical subject, dialectic.

É conhecido e controverso o argumento de Postone de que Marx teria defendido em *O Capital* que o capital seria o sujeito histórico. Em sua defesa Postone afirma que o capital corresponderia a uma versão desmistificada e historicizada do sujeito-objeto idêntico de Hegel. Como conclusão Postone pondera que em *O Capital* a luta de classes é apenas um meio de reprodução do capital e que não aponta para sua superação, não sendo a classe trabalhadora nem sujeito histórico, nem sujeito revolucionário.

A tese deste artigo é que Postone reconstrói *O Capital* a partir de uma interpretação da dialética hegeliana como uma dialética da identidade, em que as diferenças aparecem apenas para serem colapsadas depois em uma identidade homogênea. Na primeira seção esclarece-se que a analogia do capital como o sujeito-objeto idêntico de Hegel é imprecisa, pois além de interpretar a identidade dialética como igualdade colapsa o conceito de sujeito histórico no conceito lógico de sujeito.

A partir daí argumenta-se que todas as diferenças no interior do capital desenvolvidas por Marx após a seção da fórmula do capital, no capítulo quatro, são eliminadas por Postone na identidade do capital sujeito e todas as novas determinações são retroagidas a igualdade com os conceitos dos quatro primeiros capítulos. Desta forma, enquanto Marx em *O Capital* aponta a luta de classes e a classe trabalhadora como potencial sujeito revolucionário pela possibilidade interna de superação do capital, Postone suprime toda a argumentação de Marx pelo uso de uma dialética da identidade entendida como igualdade.

O artigo conclui que Postone reconstrói *O Capital* não em analogia com a dialética hegeliana, mas com o entendimento que o pós-modernismo tem desta. Da mesma forma que o pós-modernismo Postone nega a existência de qualquer sujeito revolucionário e tem a mesma concepção de poder de matriz nietzschiana. Assim promove uma inversão materialista do pós-modernismo cujo objetivo é acabar com o sujeito, a totalidade e a dialética não como discurso, mas como suposta realidade. Assim o Marx reconstruído por Postone está longe do marxismo e muito perto do pós-modernismo.

I. O capital como sujeito-objeto idêntico de Hegel: uma analogia imprecisa

Na sua crítica às premissas do que chama de marxismo tradicional, quais sejam, o proletariado como sujeito histórico e o conceito de totalidade, Postone recorre à relação entre a crítica madura de Marx e a filosofia de Hegel. Para chegar ao que seria o conceito de sujeito histórico na crítica madura de Marx, Postone inicia com o sujeito-objeto idêntico de Hegel tal como ele o entende. Postone inicia sua exposição do sujeito-objeto idêntico de Hegel com a seguinte afirmação:

Hegel tenta superar a clássica dicotomia teórica entre sujeito e objeto com sua teoria de que toda realidade, natural bem como a social, subjetiva bem como objetivamente é constituída pela prática – mais especificamente pela prática objetivante do Geist, o sujeito histórico-mundial (POSTONE, 2014, p. 92).

Já aqui encontramos uma imprecisão conceitual: a afirmação de que para Hegel a realidade natural é constituída pela prática do Espírito, o sujeito histórico-mundial, não encontrando apoio nos textos de Hegel. O sistema de Hegel exposto na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* se inicia com a Lógica, à qual se seguem a Filosofia da Natureza e a Filosofia do Espírito. A última seção da terceira parte da Lógica, a Doutrina do conceito, é dedicada ao desenvolvimento da Ideia Lógica. Ao chegar à Ideia Lógica, Hegel afirma: “Essa identidade foi, portanto justamente determinada como sujeito-objeto” (HEGEL, 2018, p. 241).

Mas na Lógica a Ideia está apenas no pensar, apenas no elemento lógico e falta a ela o seu outro, o real entendido como o não-lógico. A Ideia então se desenvolve no seu outro, que se encontra fora dela, a Natureza; mas a Natureza se desdobra no Espírito onde a Ideia “em seu ser outro retorna para si”. Deste modo, segundo Hegel, “o espírito efetivo, que é nosso objeto somente na ciência do espírito, tem a natureza exterior por sua pressuposição mais próxima, como tem a ideia lógica por sua pressuposição primeira” (HEGEL, 1995b, p. 15). É preciso notar que essa não é a única sequência

possível no sistema de Hegel, que de fato é um sistema móvel, embora se mova apenas dentro de si mesmo. No final da *Lógica* Hegel apresenta seu sistema como um triplo silogismo, mas em nenhum deles a Natureza é derivada do Espírito (HEGEL, 1995b, p. 563-564).

Essa imprecisão conceitual de Postone revela a sua abordagem do sujeito-objeto de Hegel, da sua defesa do capital como sujeito histórico e de toda sua reconstrução de *O Capital*. Tal abordagem consiste em entender a dialética como uma filosofia da identidade. Nessa interpretação da dialética hegeliana as diferenças seriam postas para serem liquidadas, até que todas elas tivessem desaparecido no Absoluto, no sujeito-objeto idêntico. Deste modo o sistema seria “apresentado na forma hierárquica de um juízo analítico, cujas premissas comandam tudo que se segue, e portanto repete a ilusão da qual ele escaparia” (ADORNO, 2004, p. 359). Postone interpreta o sistema e a dialética hegelianas da mesma forma (POSTONE, 2014, p. 168) e, como será apresentado neste artigo, reconstrói *O Capital* de Marx com esse procedimento.

Esse entendimento da dialética hegeliana e sua aplicação na reconstrução da obra de Marx permite que as diferenças, quando aparecem, sejam dissolvidas em uma identidade “total” e sejam dessa forma remetidas sempre às premissas, ao início do desenvolvimento conceitual, colapsando os conceitos uns nos outros. Quando uma não-identidade não se dissolve na identidade “total”, ela permanece não resolvida ou insolúvel, não mais como contradição, mas como paradoxo.

O problema dessa interpretação e que ela é controversa no que se refere a Hegel¹, e, como será desenvolvido aqui, inadequada para entender a obra de Marx e especificamente *O Capital*. Nessa interpretação a identidade é entendida como igualdade. Mas a identidade a que se refere a dialética não é o mesmo que igualdade; como aponta Pinkard (2002, p. 190, n.44) a

¹ Diversos autores contemporâneos, a despeito de suas divergências, contestam a interpretação da filosofia de Hegel como sendo uma filosofia da identidade entendida como igualdade; ver Zizek (2013), Beiser (2005), Grieger (2007).

identidade no idealismo alemão se referia à ligação entre sujeito e predicado “S é p” e não se refere a igualdade, pois, se fosse o caso, todos os juízos seriam tautológicos e os conceitos não se moveriam.

A identidade dialética é uma identidade que inclui a diferença nela mesma – ambas são indissociáveis, pois não é possível pensar identidade sem diferença, são categorias reflexionantes. A identidade de dois conceitos não elimina a diferença, mas os integra em um novo conceito, fazendo com que, por um lado, os conceitos anteriores tenham novas determinações que eles não possuíam antes de serem integrados e, por outro, que uma nova diferença emergja dessa integração de conceitos diferentes em um novo conceito.

Pode-se ilustrar isso retomando o colapsamento que Postone faz do Espírito com a Ideia lógica em Hegel. É possível afirmar que o Espírito constitui a natureza se o Espírito e a Ideia são tomados como idênticos, sem diferenças. Mas não é esse o procedimento de Hegel; o Espírito é um grau de desenvolvimento da Ideia, ele não é idêntico à Ideia na forma lógica. Entre a Ideia lógica e o Espírito Histórico-mundial há uma longa cadeia de novas determinações que não estavam postas no início. Em outros termos, o conteúdo do sujeito-objeto e sujeito histórico não é igual. Hegel é explícito: “a lógica enquanto *ciência formal* não pode e não deve conter também aquela realidade que é o conteúdo das partes posteriores da filosofia, *das ciências da natureza e do espírito*” (HEGEL, 2018, p. 53).

Retomemos a exposição de Postone sobre o capital sujeito histórico como sujeito-objeto idêntico de Hegel, o Espírito. Para Postone o sujeito-objeto idêntico de Hegel é constituído da mesma substância, afirmando que “as duas são momentos de um todo geral que é substancialmente homogêneo – uma totalidade” (POSTONE, 2014, p. 93), e um pouco adiante a totalidade como “substância homogênea” é entendida como aquilo que é “qualitativamente homogêneo” (POSTONE, 2014, p. 100). O entendimento da dialética como uma filosofia da identidade/igualdade reaparece aqui: a totalidade é uma igualdade de tudo como uma única substância homogênea. Adorno é

explícito na definição da totalidade como um universal que não tolera o particular. A totalidade social no capitalismo é tratada por Adorno como uma totalidade homogênea na qual a troca transformaria o mundo em algo idêntico, uma totalidade (ADORNO, 2004, p. 146)

Aqui o procedimento de eliminar diferenças colapsando os conceitos também fica evidente. Na formulação de Postone não só o objeto e o sujeito são idênticos, mas ambos são iguais à substância e essa por sua vez não comporta nenhuma diferença, já que a identidade substantiva é reduzida por Postone à homogeneidade qualitativa. Mas esse não é o procedimento de Hegel – e, como veremos adiante, também não é o de Marx.

Diante da impossibilidade de expor detalhadamente as inferências lógicas que Hegel faz em relação a esses conceitos, suas diferenças serão tratadas de forma sintética e um tanto esquemática, com uma inevitável perda de alguns conteúdos.

Na *Ciência da Lógica* o conceito de Substância é desenvolvido em Hegel depois da Doutrina do Ser e no final da doutrina da Essência e a transição para a Doutrina do Conceito. A qualidade em Hegel é o ser determinado, é a própria determinação do ser indeterminado com que ele inicia a lógica. Mas a substância é um conceito da essência, que contém em si o ser. A essência aparece no passar de um ser finito a outro. Em termos muitos sintéticos e esquemáticos, na substância o passar desse ser determinado a outro ser são os seus atributos. Em outros termos as diferenças qualitativas não são colapsadas em uma substância indiferenciada, mas são determinadas como atributos de uma mesma substância. Ou seja, uma substância “qualitativamente homogênea” seria uma substância sem atributos.

Na Lógica de Hegel, o Conceito é a consumação da substância, mas “essa consumação não é mais a própria *substância*, e sim algo mais elevado, *o conceito, o sujeito*” (HEGEL, 2018, p. 40). Aqui é literal a afirmação de que a substância *não é igual* ao conceito, ao sujeito. Note-se também que o Conceito, o sujeito na forma lógica, não é ainda a Ideia, o sujeito-objeto idêntico na sua forma lógica. Hegel, na transição do conceito para a Ideia,

afirma que no conceito “o sujeito diferencia-se de sua objetividade” e “o sujeito não tem a objetividade imediatamente nele” (HEGEL, 2018, p. 241). Em outros termos, a substância não é igual ao sujeito e o sujeito não é igual ao sujeito-objeto e, como assinalado anteriormente, nenhum deles é igual ao sujeito histórico.

Continuando a analogia entre o Espírito como sujeito histórico em Hegel e o capital em Marx, Postone afirma que Marx teria criticado o “conceito filosófico de substância na *Sagrada Família*, mas que em *O Capital* teria renunciado a essa crítica ao usar a categoria substância. Em primeiro lugar é preciso notar que não existe *um* conceito filosófico de substância². Em segundo lugar, em carta a Engels em 1867, Marx afirmou que não tinha do que se envergonhar em relação à *Sagrada Família* (MARX; ENGELS, 1987, p. 360). Finalmente a crítica de Marx não é ao “conceito filosófico” de substância, mas à construção especulativa. Na construção especulativa a substância aparece separada das coisas reais como algo que as produz, e nesse sentido é sujeito, como se “a fruta” existisse fora das frutas reais e as criasse.

Em resumo, Marx não critica um indeterminado “conceito *filosófico*” de substância, mas o conceito *especulativo* de substância. Deve se notar que a crítica de Marx em *A Sagrada Família* é dirigida diretamente a Bruno Bauer e a “crítica crítica” e que Hegel “costuma oferecer, dentro da exposição *especulativa*, uma exposição *real*, através da qual é possível capturar a própria coisa” (MARX E ENGELS, 2003, p. 75).

Em resumo, o fato de Marx ter utilizado o termo substância ao se referir ao trabalho abstrato como substância do valor não significa que ele tenha adotado o conceito especulativo de substância, como se o trabalho abstrato existisse fora dos trabalhos reais das pessoas e desse origem a estes, como se fosse uma abstração *especulativa*. Mas o entendimento de Postone sobre o termo substância em Marx indica mais uma vez seu procedimento, o de anular todas as diferenças – inclusive entre filosofias – em

²Ver Audi (1999, p. 887).

uma identidade entendida como igualdade, uma vez que a especulação “converte as diferentes frutas reais em *uma* ‘fruta’ da abstração, na ‘fruta’” (MARX E ENGELS, 2003, p. 73).

Postone passa então diretamente à analogia entre o capital e o Espírito hegeliano através de uma citação de *O Capital*:

O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. [...] Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza [...] ele se apresenta, de repente, como uma substância em processo, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas” (MARX, 2013, p. 229-230).

A partir dessas citações Postone conclui que “Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano existe realmente no capitalismo” e “que existe no capitalismo um sujeito histórico tal como concebido por Hegel” (POSTONE, 2014, p. 96).

A analogia aqui é bastante imprecisa. Explicitamente Marx se refere a uma substância – o valor – que move a si mesma e que desse modo se transforma em sujeito automático, capital. Marx não se refere ao capital nesse trecho como sujeito-objeto nem como sujeito histórico. Mas, novamente, o procedimento de fazer desaparecer diferenças em uma identidade/igualdade permite a Postone colapsar o sujeito-objeto e o sujeito histórico no conceito formal, com conteúdo apenas lógico, de sujeito; uma leitura atenta do texto de Postone revela o uso dos conceitos como termos intercambiáveis.

Se for possível fazer uma analogia mais precisa com as categorias hegelianas, Marx estaria se referindo à passagem da substância, valor, para o conceito lógico de sujeito nos termos hegelianos. A analogia é ainda mais precisa se lembramos que na seção 1 do capítulo 4 de *O Capital*, onde está essa caracterização do capital como sujeito automático, Marx está se referindo à forma do capital, assim como o sujeito da lógica hegeliana é um

sujeito formal ao qual faltam os conteúdos que o fazem sujeito histórico, espírito segundo Hegel, conforme assinalado anteriormente.

Mas mesmo essa analogia com o sujeito lógico hegeliano é limitada, como qualquer analogia. Marx não aplica a *Ciência da Lógica* de Hegel ao capital, não segue a sequência dos conceitos do pensamento puro, pois seu objeto é diferente: é um objeto real, a sociedade capitalista. Assim no final da seção da fórmula do capital está presente uma categoria já superada na Lógica quando emerge o sujeito: o aparecimento (fenômeno)³: “D-M-D’ é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação” (MARX, 2013, p. 12).

O que aparece, de acordo com Hegel, tem seu fundamento em outro, o mundo que aparece está em contraposição ao que é em si e para si, é um mundo invertido (HEGEL, 2017, p. 166). A determinação do capital como sujeito é, portanto, uma aparência, está fundado em outro, no trabalho, é uma inversão do que o capital é em si e para si.

Postone prossegue com sua analogia imprecisa caracterizando esse sujeito. Afirma que “esse sujeito não é um agente social concreto e humano, coletivo ou individual [...] O sujeito de Marx, tal como o de Hegel, então, é abstrato e não pode ser identificado com nenhum ator social” (POSTONE, 2014, p. 97).

O que significa abstrato? O primeiro sentido é que abstrato é o pensado (HEGEL, 1995a, p. 167). A *Lógica* de Hegel trata do pensamento pensando o pensamento, e a determinação de abstrato cabe aí, pois se refere ao pensamento puro. Esse pensamento para Hegel é algo objetivo que está não só na consciência das pessoas, mas no mundo, o constituindo, e nesse sentido também não se identifica com nenhum agente social humano. Nesse sentido, o sujeito na sua forma lógica em Hegel é abstrato.

³ O termo usado por Marx é *erscheint*, que na lógica tem o sentido de tornar-se aparecimento (*erscheinung*). As traduções em português de *O Capital* vertem o termo *erscheinung* como fenômeno; na tradução da *Ciência da Lógica* foi utilizado o termo “aparecimento”, que dá a ideia de algo que aparece, uma essência, sentido esse não capturado adequadamente pelo termo “fenômeno”.

Marx também entende por vezes o abstrato como o pensado: “O desenvolvimento exato do conceito de capital é necessário, porque é o conceito fundamental da Economia moderna, da mesma maneira que o próprio capital, cuja contraimagem abstrata é seu conceito” (MARX, 2011, p. 261). Não é possível entender a referência ao sujeito em Marx nesse trecho de *O Capital* como abstrato, como puro pensamento que pensa a si mesmo, por outro lado, se o sujeito é apenas o conceito de capital como valor que se valoriza, dizê-lo abstrato é um truísmo. Mas não é nesse sentido que Postone determina o sujeito como abstrato, uma vez que este é uma estrutura social real.

Abstrato significa também aquilo que é unilateral, imediato, simples, sem diferenças (HEGEL, 1995a, p. 167). É nesse sentido que o trabalho é determinado como abstrato por Marx, e também por Postone, embora neste seja mais do que isso. Então seria fácil, pela dialética da identidade/igualdade, determinar o capital como sujeito abstrato: capital é valor em movimento, valor é trabalho abstrato, logo capital é trabalho abstrato, portanto o capital é abstrato. Acontece que essa forma de igualação entre conceitos elimina as diferenças entre os conceitos e suas diferenças internas e só é possível em um movimento que vai para trás no pensamento e nunca sai do mesmo lugar.

Para se autovalorizar, o valor tem que tomar sequencialmente várias formas qualitativamente diferentes, mercadoria – que contém uma diferença interna entre valor e valor de uso – e dinheiro. Se o valor não tomar essas formas diferentes sequencialmente, por exemplo, se mercadorias não forem vendidas, ele não se valoriza – e, portanto, ele deixaria ao menos temporariamente de ser sujeito no sentido de Postone. Só essa possibilidade, que atravessa todo *O Capital* de Marx, já demonstra que a identidade substantiva não elimina e não é indiferente às diferenças qualitativas contidas na forma do capital. Ademais, como será visto, o capital contém outras diferenças ainda não desenvolvidas na seção da “fórmula do capital”.

Nesse trecho especificamente, a determinação do sujeito como abstrato é claramente contraposta por Postone a um agente social *concreto*. Por

concreto Postone parece entender o empírico, o não-conceitual no sentido do descritivo, mas Marx, como Hegel, não entende o concreto nesse sentido, mas como multiplicidade de determinações, como identidade que contém diferenças. Acontece que o abstrato como unilateral, imediato, simples, sem diferenças, existe nas coisas, inclusive nas que são observadas e observáveis. Se o abstrato é dissociado do que é empiricamente observável, do sensível, então ele é algo real, mas transcendente, e tem a mesma estrutura do puramente pensado, abstrato no sentido especulativo.

Mas o sujeito abstrato de Postone não apenas seria abstrato, não seria um agente social. E esse algo não humano teria um atributo essencial para um sujeito real, o da agência. Postone afirma que Marx “confere o atributo de agência” ao capital, ao valor em movimento, pois esse “exerce sobre as pessoas um modo de compulsão e refreamento abstratos” (POSTONE, 2014, p. 308).

Como algo não humano pode ter agência? Se agência é entendido em um sentido muito amplo, identificado com qualquer coisa dotada de poderes causais, é possível identificar coisas e estruturas como tendo agência. O problema é que isso não identifica o modo de agência específico da realidade social em que relações sociais só se reproduzem pela ação de pessoas, embora as pessoas não sejam iguais às estruturas sociais. Para haver agência na relação entre pessoas, por mais objetivas e alienadas que elas sejam, é necessário que o agente tenha atributos humanos como consciência e vontade. Para Postone, no entanto, o capital exerce sua agência sem consciência e independente da ação de grupos humanos.

Ocorre que para Marx o capital não tem efeitos, não se constitui e não se reproduz sem a agência de um agente social: o capitalista. Já antes do capital ter sido desenvolvido teoricamente, Marx aponta que as mercadorias não têm agência e quem age são pessoas, donos de mercadorias:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem (MARX, 2013, p. 159).

E a agência humana é fundamental para a reprodução da produção de mercadorias:

Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos (MARX, 2013, p. 159).

Do mesmo modo que as mercadorias não se trocam sozinhas, o valor não se valoriza sozinho – uma vez que isso requer, segundo a forma de circulação do capital, a troca de mercadorias. Quem faz isso não é “o valor” ou “o capital”, mas o capitalista. Já antes do trecho em que Marx se refere à fórmula do capital como sujeito, aparece o capitalista como dono do dinheiro que se transforma em capital, como “portador consciente do movimento do capital”, “capital personificado, dotado de vontade e consciência”, que tem por “finalidade subjetiva (...) o conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor” (MARX, 2013, p. 229).

Pode se objetar aqui que o capitalista é um mero instrumento do movimento de valorização do capital, uma vez que Marx afirma:

Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. Na sequência de nosso desenvolvimento, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras (MARX, 2013, p. 159-160).

Muito correto: o capitalista a que Marx se refere não é o Bill Gates ou o Elon Musk, não são pessoas. Mas também não são coisas. O termo “suporte” poderia dar a impressão de que Marx se refere aos proprietários de mercadorias como coisas, como algo que é usado por outro agente. Mas *Träger* significa também portador, carregador, entregador. No começo desse

trecho Marx fala dos proprietários de mercadorias nesse sentido. Ou seja, trata-se aqui de uma pessoa indeterminada em uma condição determinada, portanto não é indivíduo ou uma coleção de indivíduos, não é uma descrição, é um conceito: o capitalista não é nem uma pessoa, nem uma coisa, é uma classe.

A determinação do capitalista está totalmente ausente da primeira caracterização do capital em Postone. Parece aqui que são as mercadorias e o dinheiro que se trocam uns pelos outros por sua vontade, ou pela vontade do valor de se automovimentar, como se o conteúdo objetivo fosse igual à finalidade subjetiva. A classe capitalista não é uma pessoa, mas ela tem uma determinação subjetiva específica, a da consciência e vontade, determinação essa que está ausente da mercadoria, do dinheiro e do valor. São qualitativamente diferentes.

A diferença entre como Marx entende o capitalista e como Postone o entende é visível no contraste entre a afirmação de Marx de que, “por conseguinte, o capital é decerto separável de um capitalista singular, mas não do capitalista que, enquanto tal, se defronta com o trabalhador” (MARX, 2011, p. 236, ênfase no original) e a de Postone, para quem “o capital conceivelmente poderia existir sem os capitalistas” (POSTONE, 2014, p. 414). Pode se dizer que para Postone o capital é algo que se pode conceber como existindo, mas, que, de acordo com Marx, não existiria, como a fruta que é concebida como existindo sem que as frutas existam, uma abstração especulativa. Consequentemente o capital sujeito abstrato é um sujeito transcendente.

A ausência da classe capitalista entre as determinações do movimento do capital e a identificação do abstrato com o *coisal* levam Postone a caracterizar o capitalismo como “um sistema de dominação abstrata e impessoal” (POSTONE, 2014, p. 149). De fato, essa não é a caracterização que Marx faz do capitalismo, como se pode perceber se o trecho citado por Postone for lido na íntegra. Para Marx, a sociedade capitalista é caracterizada por “relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência *pessoal*” (MARX, 2011, p. 112, ênfase no original), mas essas relações de

dependência “aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações” (MARX, 2011, p. 112). Novamente aqui o “aparecimento”: a dominação por abstrações é o inverso da dominação real, ela aparece como algo transcendente. Marx logo revela o falso conteúdo da aparência de uma dominação abstrata: “a abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam”; “esse domínio das relações *aparece* na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias” (MARX, 2011, p. 112, ênfase no original).

Marx não poderia ser mais claro aqui, ele não usa o termo abstrato para se referir ao coisal ou relações reais. É preciso assinalar que nesse ponto dos *Grundrisse* Marx está se referindo ao dinheiro, ao valor, e a produção de mercadorias e a determinação conceitual do capital ainda não estão postas nesse momento; a relação de dependência aqui se refere a indivíduos em relação às coisas e não às classes sociais. Marx expõe em uma frase o desenvolvimento dessa relação de dependência coisal: “essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão” (MARX, 2011, p. 112).

Essa reversão está completamente ausente em Postone, que permanece no valor e no automovimento do valor sem a classe capitalista: os relatos da relação continuam sendo os indivíduos e a estrutura social, o capital, sem que novas determinações e novas relações sejam desenvolvidas. Na seção seguinte veremos o que está depois da fórmula do capital e de sua determinação como sujeito aparente.

2. O capital além da aparência de sujeito

Na fórmula do capital surge uma diferença que não estava presente nas categorias anteriores, uma diferença quantitativa, o mais-valor, e a circulação do capital deve seu conteúdo a essa diferença quantitativa (MARX, 2013, p. 227). Essa diferença quantitativa se deve ao consumo de uma mercadoria, a força de trabalho. Aqui surge uma nova determinação que não estava

presente nos capítulos anteriores e que não se manifesta, isto é, não aparece imediatamente como o que é, na fórmula do capital.

A força de trabalho é uma mercadoria, que como qualquer mercadoria tem valor e valor de uso. Seu valor de uso é diferente do das outras mercadorias: não é fisicamente separável de seus proprietários, seu valor contém um “elemento histórico e moral”, seu valor de uso é trabalhar – no que a força de trabalho, capacidade de trabalhar, é também diferente do trabalho. Mas o valor de uso da força de trabalho não é apenas produzir valor de uso, mas produzir valor e mais-valor. E é esse valor de uso que é o determinante no processo de valorização: “Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais-valor, do que aquele que ela mesma possui” (MARX, 2013, p. 270).

Aqui no mais-valor as duas determinações das mercadorias, as quais não podem ser reduzidas às anteriores, estão integradas em um novo conceito. Mas, além disso, uma categoria anterior, o trabalho abstrato, ganha uma nova determinação. Postone reconhece que “a mercadoria do começo de *O Capital* pressupõe o trabalho assalariado” (POSTONE, 2014, p. 311), mas chega à conclusão de que esse apenas “ilumina retrospectivamente a ideia de que a mercadoria como valor é constituída pelo trabalho abstrato” (POSTONE, 2014, p. 311-312), e “os conceitos de trabalho abstrato e trabalho assalariado não devem ser confundidos”, uma vez que o primeiro se refere a uma ‘forma social’ e o segundo a uma ‘categoria sociológica’ (POSTONE, 2014, p. 312).

A teoria de Postone, no entanto, é incongruente com o desenvolvimento teórico das categorias em *O Capital* e com a letra do texto de Marx. Postone traça aqui uma mal explicada diferença entre ‘forma social’ e ‘categoria sociológica’. Mas, à luz do que foi argumentado antes e do entendimento de Postone sobre as classes (POSTONE, 2014, p. 364-365), é possível compreender essa diferença: a ‘forma social’ é algo real, mas transcendente, e a ‘categoria sociológica’ trabalho assalariado é algo meramente descritivo, imediato. O que foi argumentado aqui sobre a classe capitalista vale também

para a classe trabalhadora: as classes não são pessoas, mas também não são coisas, não são categorias sociológicas descritivas, são conceitos.

De fato, o conceito de trabalho assalariado e o de trabalho abstrato não são confundidos em Marx, em primeiro lugar porque a capacidade de trabalho não é trabalho. Mas se as duas não são iguais, também não são indiferentes, com uma relação meramente externa em quem um só ilumina o outro, uma operação da mente do sujeito que conhece e reproduz teoricamente o real. A relação conceitual entre trabalho abstrato e assalariado não é do entendimento, mas é uma relação real, da própria coisa.

Em segundo lugar, o trabalho assalariado determina como o trabalho se torna abstrato, unilateral, simples, sem diferenças. O primeiro passo é a separação do trabalho de todas as condições objetivas de produção, a abstração dessas condições objetivas:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho, trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como abstração desses momentos de sua real efetividade (MARX, 2011, p. 229).

Em terceiro lugar a abstração do trabalho está presente na troca entre trabalho e capital:

último ponto para o qual é preciso chamar a atenção no trabalho, tal como ele se defronta com o capital, é que o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é trabalho por excelência, trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua determinabilidade particular, mas suscetível de qualquer determinação (MARX, 2011, p. 230).

Finalmente no próprio processo de trabalho:

Por isso, essa relação econômica – o caráter que o capitalista e o trabalhador portam como os extremos de uma relação de produção – é desenvolvida tanto mais pura e adequadamente quanto mais o trabalho perde todo caráter de arte; a sua perícia particular devém cada vez mais algo abstrato,

indiferente, e devém mais e mais atividade puramente abstrata, puramente mecânica, por conseguinte, indiferente à sua forma particular; atividade simplesmente formal ou, o que dá na mesma, simplesmente física, atividade pura e simples, indiferente à forma (MARX, 2011, p. 231).

Essas determinações não são indiferentes ao trabalho abstrato. Pode se alegar que o trabalho se torna abstrato devido à divisão social do trabalho, um argumento desenvolvido por Hegel (1997, p. 178). Mas isso, embora seja uma determinação de como o trabalho se torna abstrato, não é suficiente para determiná-lo e iria contra a especificidade histórica do capitalismo: desde que houvesse divisão do trabalho, o trabalho seria abstrato; retroagiríamos de Marx para Smith. Portanto, trabalho só se torna abstrato quando a força de trabalho se torna mercadoria, o que não significa uma igualdade entre os dois conceitos, mas uma determinação do conceito anterior pelo posterior.

Mas o trabalho assalariado também determina quem trabalha abstratamente: o trabalhador assalariado. Deste modo, embora trabalho abstrato e assalariado sejam diferentes, o trabalho assalariado determina como o trabalho abstrato produz valor no capitalismo:

A forma *específica* em que o tempo social de trabalho se impõe como determinante no valor das mercadorias está, porém, vinculada à forma do trabalho como trabalho assalariado e à forma correspondente dos meios de produção como capital, na medida em que apenas sobre essa base a produção de mercadorias se converte na forma geral da produção (MARX, 2017, p. 943-944, ênfase no original).

Pode se dizer que o trabalho abstrato como categoria de mediação social, nos termos de Postone, torna todos, capitalistas assim como trabalhadores, dependentes do trabalho. Mas enquanto essa dependência é indiferente em relação aos indivíduos no capítulo 1 de *O Capital*, os conceitos de trabalho assalariado e de capital determinam uma diferença nessa identidade. Para adquirir o trabalho dos outros, e se manter assim na dependência do trabalho geral, os capitalistas não trabalham, mas adquirem trabalho alheio por meio de trabalho alheio. Já os trabalhadores dependem também do

trabalho, mas para adquirir o trabalho de outros têm que trabalhar. É aqui que a dependência coisal se reverte em “relações determinadas de dependência pessoal”.

A importância teórica da categoria trabalho assalariado é que ela revela o que está no fundamento da aparência do capital como sujeito, como valor que se valoriza a si mesmo a partir de si mesmo: a relação capital-trabalho: “Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital” (MARX, 2017, p. 286). Só aqui o conceito de capital está determinado.

O trabalho abstrato, portanto, deixa de ser um universal simples, sem diferenças internas, e se revela uma categoria concreta, com múltiplas determinações que não são indiferentes umas às outras. E o sujeito capital se revela uma aparência que oculta a relação fundamental que constitui o capital.

Mas Postone faz o contrário do movimento de determinação progressiva dos conceitos que Marx pratica em *O Capital*, fazendo uma identificação regressiva dos conceitos. Em contraste com a afirmação de Marx acima, Postone assevera que “a categoria capital” é “constituída pelo trabalho em sua dualidade como atividade que medeia a relação entre os indivíduos e com a natureza” (POSTONE, 2014, p. 405), isto é, entre trabalho concreto e abstrato. Ao se referir ao mais-valor, como categoria que revela a relação capital-trabalho, a exploração, Postone assegura: “Embora apreenda uma dimensão importante da categoria, essa interpretação é parcial; ela se contém exclusivamente na expropriação do *mais-valor*, sem considerar suficientemente as implicações do *mais-valor* (POSTONE, 2014, p. 356, ênfase no original).

Qual o sentido de se conter na expropriação do mais-valor? Em primeiro lugar a determinação nova, a diferença na identidade do valor, é o *mais*. Em segundo lugar, com essa diferença interna posta, não se pode continuar pensando o valor sem o *mais*. A análise do valor sem diferenças está esgotada nesse ponto, sem que isso signifique que ela está descartada, pois está contida na análise da exploração e se torna mais concreta, revela novas

determinações. A exploração da sociedade capitalista, como bem notou Marx, tem sua diferença histórica em ser uma exploração de mais-valor (MARX, 2013, p. 293). A exploração não elimina o fetiche, mas não é igual a ele.

A afirmação de Postone revela o seu procedimento de liquidar diferenças, fazendo-as retornar à identidade; Postone elimina as diferenças no mesmo conceito e passa a se concentrar no elemento da identidade, extinguindo a diferença na igualdade: mais-valor é valor. Em lugar de avançar para frente, a análise volta para o começo, e a análise da exploração desaparece, pois é igualada à do fetiche. Daí em diante temos um retorno à fórmula do valor. O valor de uso da força de trabalho passa a ser apenas produzir valor de uso, e a peculiaridade de seu valor de uso de produzir *mais-valor* é igualada a sua capacidade de produzir valor: retornamos à fórmula do capital. A partir daí retorna o capital como sujeito aparente que produz a si mesmo a partir de si mesmo, com uma substância homogênea, sem diferenças qualitativas internas.

É por meio desse colapsamento de novas determinações na sua identidade/igualdade com as determinações dos quatro primeiros capítulos de *O Capital* que Postone descarta a luta de classes como o que dá “origem ao desenvolvimento dinâmico” do capitalismo, como a diferença interna que constitui o conceito de capital e põe a possibilidade real de sua superação.

Postone declara que os trabalhadores são “sujeitos” na esfera da circulação, pois são proprietários de mercadorias e “objetos’ valores de uso, elementos do processo de produção, dentro da esfera da produção capitalista” (POSTONE, 2014, p. 315). Tal afirmação de Postone ignora as peculiaridades da mercadoria força de trabalho, a sua diferença no interior da igualdade da forma mercadoria, a de produzir valor e mais-valor, de produzir capital. E ao produzir capital o trabalhador produz a si mesmo como trabalho objetivado, é sujeito na produção e não apenas “objeto”. Postone aqui olha para os trabalhadores com os mesmos olhos do capital, os olhos da Economia Política.

Em uma nota de rodapé, Postone nega que os trabalhadores sejam sujeitos: “A possibilidade que Marx busca é a autoabolição do proletariado; essa classe não é, e nem se torna sujeito histórico” (POSTONE, 2014, p. 316, n.41). A autoabolição pode contraditar o proletariado como sujeito que vai se afirmar e se realizar em outra sociedade, o sujeito histórico tal como entendido por Postone, mas não a de sujeito. Se a definição lógica de sujeito que Postone adota para o capital é aquilo que se *autodetermina*, como pode algo se *autoabolir* sem ter alguma determinação de sujeito? Determinar é também negar, mas parece que para Postone, novamente, as diferenças internas em um conceito são anuladas em uma igualdade. A única conclusão coerente que se retira da afirmação de Postone é que o proletariado é para Marx sujeito revolucionário.

Há que se notar que no texto Postone não se refere à autoabolição do trabalho proletário, mas simplesmente a abolição do trabalho que seria acarretada pela “abolição do valor” (POSTONE, 2014, p. 421). Se é o trabalho proletário que produz valor e mais-valor, então a direção seria a inversa: a autoabolição do proletariado acarretaria a abolição do valor, mas Postone, com a regressão dos conceitos por meio de sua anulação em uma identidade, faz com que seja o valor que abole o trabalho proletário.

Para Postone a luta de classes não dá origem ao desenvolvimento dinâmico do capital porque é “estruturada pela troca de mercadoria” (POSTONE, 2014, p. 367). É certo que capitalistas e trabalhadores são proprietários de mercadorias, mas os trabalhadores não são proprietários de qualquer mercadoria, da “forma mercadoria”, são proprietários de uma mercadoria com conteúdo determinado e diferente do das outras mercadorias, como já assinalado antes. Não é a forma mercadoria, mas é a peculiaridade da mercadoria força de trabalho que gera a antinomia de direito contra direito que leva à luta em torno da regulamentação de trabalho, pois não existe luta em torno do tempo de consumo na venda de outras mercadorias.

Postone reconhece que a luta de classes é “um elemento propulsor do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista”, mas com isso ele se

refere à ampliação e expansão do capital no tempo e no espaço (POSTONE, 2014, p. 369), a passagem de um capitalismo liberal para um pós-liberal (POSTONE, 2014, p. 315). Aqui mais uma vez a luta de classes é relegada ao plano descritivo e destituída de conteúdo teórico, conceitual, como se os conceitos – mercadoria, valor, capital – pairassem sobre a realidade histórica, como conceitos transcendentais, especulativos.

Se seguirmos a reprodução teórica de *O Capital* é possível ver que o capítulo sobre a jornada de trabalho, onde as classes já determinadas no capítulo quatro se determinam em movimento, não é meramente descritivo e tem importância teórica. A luta de classes é fundamental porque o capital é produzido pelos trabalhadores em sua relação com os capitalistas. O mais-valor, produzido no tempo de trabalho excedente, é a diferença entre o valor da força de trabalho, produzido no tempo de trabalho necessário, e a jornada de trabalho. A luta de classes é que determina tanto a jornada de trabalho – devido à diferença entre o valor de uso da mercadoria força de trabalho e as outras mercadorias – como também incide sobre o valor da força de trabalho, que diferente das outras mercadorias contém um componente histórico e social.

Postone reconhece que a luta de classes incide sobre a determinação da “proporção entre tempo de trabalho necessário e excedente” (POSTONE, 2014, p. 369), mas, ao analisar o mais-valor, essa diferença desaparece e é anulada em uma igualdade, o mais-valor é valor e o tempo de trabalho necessário e o excedente são tempo. Para ele a importância dessa proporção está em seu papel na “dialética entre o trabalho e o tempo” (POSTONE, 2014, p. 369), e assim temos o eterno retorno dos conceitos do primeiro capítulo de *O Capital*: valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato.

Para Postone, portanto, segundo a “lógica” de Marx, a classe trabalhadora “é a base necessária para a sociedade atual” (POSTONE, 2014, p. 414) e por isso não é, e não pode ser, o sujeito revolucionário. Isso por um lado, porque a luta de classes, como visto, para ele incidiria só sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, sem atingir seus fundamentos. Em

segundo lugar porque a condição para a emancipação seria a abolição do proletariado (POSTONE, 2014, p. 414) – agora não mais *autoabolição* – e não a sua realização no futuro, não como sujeito histórico.

Aqui de novo há um colapsamento de conceitos. O fato da sociedade pós-capitalista não ser uma sociedade em que o proletariado realiza sua essência – como Postone interpreta o marxismo tradicional – não significa que ele não seja sujeito revolucionário. As duas categorias são anuladas por Postone e sua crítica ao marxismo tradicional simplesmente aceita o que ele reconhece como os pressupostos deste. O sujeito revolucionário é eminentemente negativo, mas para ser “a negação do capital”, “o não capital efetivo” (MARX, 2011, p. 213), o trabalho tem que estar integrado ao capital, se não fosse assim não seria uma negação, mas uma diferença indiferente. O fato de ser elemento do capital torna o trabalhador para Postone igual a este, sem nenhuma diferença, em lugar de ser o Outro é o mesmo.

A letra do texto de Marx contradiz os argumentos de Postone. E para verificar isso não é necessário recorrer a outras obras que não *O Capital*. Na análise da legislação fabril, Marx é explícito ao mostrar como a luta de classes ao desenvolver o capital desenvolve suas contradições até o limite que aponta para a possibilidade real de sua superação: “o modo de produção capitalista, segundo sua essência, exclui, a partir de certo ponto, toda melhoria racional” (MARX, 2013, p. 552). Ao se referir à imposição de 500m cúbicos de ar livre nas fábricas diante do qual a lei fabril recuou, Marx afirma: “Ela atingiria a raiz do modo de produção capitalista, isto é, a autovalorização do capital, seja grande ou pequeno, por meio da ‘livre’ compra e o consumo da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 553). Note-se aqui que no caso da legislação fabril, bem como no da luta entre trabalhador e a maquinaria, o objeto da luta não é a distribuição, mas o consumo da força de trabalho, o próprio processo de trabalho em sua forma capitalista.

Aqui se pode distinguir a letra do texto de Marx e Postone: a autovalorização do capital tem sua raiz na compra e consumo da força de trabalho e não na forma mercadoria, no trabalho abstrato, ou no valor que se valoriza a si

mesmo como um sujeito transcendente. Mas se pode alegar que esse trecho, mesmo mostrando como a luta de classes pode atingir a “raiz do modo de produção capitalista”, mostra que está condenada ao fracasso porque não pode ultrapassar certo ponto.

Em primeiro lugar, é quando a luta de classes ultrapassar certo ponto que o capital é ultrapassado. Não há nenhum automatismo aqui, mas afirmar que isso não vai acontecer porque não aconteceu até agora – como faz Postone ao declarar que “as ações e formas de subjetividade do proletariado” na luta de classes “não apontaram (...) para a superação do capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 430) – também é uma forma de automatismo: o eterno retorno da dominação abstrata do capital. Em segundo lugar, se não há automatismo, é a própria luta de classes que cria as condições para essa superação ao ter como objeto a raiz do modo de produção capitalista e por ter limites que não podem ser acomodados pela produção capitalista.

Marx é explícito novamente em ressaltar como a luta de classes leva “logicamente” o modo de produção ao limite ao desenvolver o capital e suas contradições, ao contrário de Postone, que acentua que “as ações e a forma de subjetividade” do proletariado em suas lutas “não apontam para a superação do capital” (POSTONE, 2014, p. 430). A lei fabril universaliza a produção fabril, aumenta a concentração do capital e generaliza o domínio do capital (MARX, 2013, p. 570). Postone, embora sem se referir diretamente a esse trecho de *O Capital*, para aí; a luta de classes cria a “totalidade”, com o que, ele significa, universaliza o domínio do capital. Mas Marx segue: “Com isso, ela também generaliza a luta direta contra esse domínio” (MARX, 2013, p. 570), e conclui com referência à legislação fabril:

Amadurecendo as condições materiais e a combinação social do processo de produção, ela também amadurece as contradições e os antagonismos de sua forma capitalista e, assim, ao mesmo tempo, os elementos criadores de uma nova sociedade e os fatores que revolucionam a sociedade velha (MARX, 2013, p. 571).

Pode-se alegar que esses capítulos são históricos e não teóricos no sentido de lógicos e por isso são de menor importância. Mas tal alegação pressupõe que os conceitos teóricos são transcendentais, que estão acima da realidade histórica e que criam essa realidade; em suma, pressupõe *O Capital* como uma construção especulativa. Para Marx, os conceitos são formas de ser, são reflexos no pensamento do que existe realmente, no que é criado pelas ações condicionadas dos seres humanos e estão presentes nas coisas, práticas, relações, e nos fatos – embora não esgotem esses. Não há como ler *O Capital*, em uma abordagem realista, separando a sua lógica da realidade histórica.

Postone reconhece que à medida que o capitalismo se desenvolve se torna necessária uma quantidade cada vez menor de trabalho para produzir valores de uso, mas o capital continua precisando do trabalho para produzir valor (POSTONE, 2014, p. 413). Mas Marx retira disso uma consequência completamente ausente em Postone:

aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 832).

É significativo que a lei geral da acumulação não seja objeto de análise de Postone e apareça apenas em uma alusão passageira (POSTONE, 2014, p. 403).

3. Postone e a não-identidade do capital

Até aqui foi indicado como Postone elimina todas as diferenças que se desenvolvem em *O Capital* após a fórmula do capital, anulando as novas determinações em uma identidade/igualdade com os conceitos anteriores. Mas esse movimento regressivo dos conceitos se detém em uma diferença que está posta desde o início do texto: a diferença entre valor e valor de uso.

Para Postone o capital, como dito anteriormente, é constituído pelo trabalho concreto e abstrato, e portanto “como a mercadoria tem um duplo caráter” (POSTONE, 2014, p. 407), o de valor e valor de uso. Por essa dualidade o

capital não seria unidimensional, e não seria “uma unidade não contraditória” (POSTONE, 2014, p. 408). Ao regredir nas categorias e colocar as determinações do capital como iguais às da mercadoria, Postone recai em várias inconsistências no seu argumento. Primeiramente, o capital que quando sujeito era “qualitativamente homogêneo”, agora não é unidimensional, mas dual, contém uma *não-identidade*.

Ao mesmo tempo, a exploração reaparece aqui, mas não é a do trabalho pelo capital, mas a apropriação do trabalho concreto pelo abstrato, do valor de uso pelo valor (POSTONE, 2014, p. 406; p. 410). Assim a apropriação do trabalho pelo capital, que é concreta em Marx – inclui muitas determinações –, se torna abstrata em Postone, pois que é mais simples, contém apenas duas determinações.

Para Postone é essa não-identidade entre valor e valor de uso que gera a dinâmica do capital, a apropriação do trabalho pelo tempo, do valor de uso pelo valor. Assim a dinâmica do capital é apresentada por Postone como contraditória e dialética. Mas a expansão da totalidade contraditória de Postone é um “desenvolvimento estrutural paradoxal” (POSTONE, 2014, p. 419) e nesse desenvolvimento “a necessidade atual não é ‘automaticamente’ negada, mas paradoxalmente reforçada, ela é impelida no tempo como um presente perpétuo, uma necessidade aparentemente eterna” (POSTONE, 2014, p. 345). A contradição de Postone se torna assim um paradoxo, “um raciocínio que vai para lá e para cá” (HEGEL, 1995a, p. 163), mas que não sai do mesmo lugar.

O paradoxo se dá porque, para ele, o valor de uso tal como “foi constituído historicamente não é independente do capital” (POSTONE, 2014, p. 408) e a não-identidade é assim uma contradição aparente, um paradoxo, onde no desenvolvimento do capital a não-identidade do valor de uso é anulada no valor. Assim como o proletariado não pode ser a negação do capital por não ser independente deste, segundo Postone, o mesmo aconteceria com o valor de uso. Desta forma o valor de uso, tal como constituído historicamente pelo capital, é o *locus* ou a base da emancipação humana (POSTONE, 2014, p. 408-409).

Fica-se assim em Postone sem sujeito revolucionário, sem base e sem *locus* para a emancipação humana, para a superação do capitalismo. Essa é a conclusão a que se chega se os termos dele forem seguidos de forma consistente. Mas Postone mais uma vez recai em inconsistências, em paradoxos, na sua interpretação.

Embora o valor de uso seja constituído historicamente pelo capital, a dimensão do valor de uso “não está necessariamente vinculada ao capital” (POSTONE, 2014, p. 417). Se o capital para Postone é uma totalidade abrangente que domina tudo, qualquer coisa nessa forma social histórica só poderia não ser necessariamente vinculada a ele se tiver uma dimensão transistórica. Mas isso é inconsistente com o relativismo histórico de Postone e sua consequente rejeição de categorias transistóricas, especialmente o trabalho.

Para ele o valor de uso na sua forma atual não representa o que poderia ser uma estrutura social diferente da do capital, mas apenas uma “possibilidade de uma nova organização da sociedade” (POSTONE, 2014, p. 419). Assim a possibilidade de emancipação não deve ser buscada fora da sociedade do capital, mas nas suas possibilidades latentes.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao trabalho como forma de mediação entre o homem e a natureza: não está necessariamente vinculado ao capital, tem uma forma histórica determinada por este como trabalho assalariado, e a possibilidade de superação dessa forma social do trabalho está latente na sociedade capitalista – eis o argumento de Marx. E é o único argumento consistente porque os valores de uso não produzem a si mesmos e na sociedade existente não são produzidos por pessoas ou indivíduos indeterminados, mas por um agrupamento social existente, a classe trabalhadora.

4. A “inversão” materialista do pós-modernismo⁴

A analogia imprecisa do capital com o sujeito-objeto idêntico de Hegel não é a única feita por Postone. Em uma passagem pouco notada por

⁴ Utilizo aqui pós-modernismo no mesmo sentido de Wood (1999, p. 11), para me referir a “uma vasta gama de tendências intelectuais e políticas” surgidas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, na qual está incluído o pós-estruturalismo de Foucault, cuja raiz se encontra em uma releitura de Nietzsche.

comentaristas opera outra analogia: “Esse processo, como o demiurgo de Nietzsche, gera grandes ciclos de produção e consumo, criação e destruição” (POSTONE, p. 308). A analogia pode ser encarada como algo casual e secundário, mas há outras evidências que aproximam Postone de Nietzsche.

Uma primeira evidência é a proximidade e os pontos em comum de Postone com a chamada Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer. A influência da dialética negativa de Adorno é visível no seu trabalho, como indicado em algumas passagens neste artigo. Por outro lado, Postone critica Horkheimer e a *Dialética do Esclarecimento* por manter pressupostos do marxismo tradicional (POSTONE, 2009a, p.56). Mas, retirando o marxismo tradicional, uma das coisas que restam na escola de Frankfurt é a influência de Nietzsche. Martin Jay mostra a influência de Nietzsche no pensamento de Horkheimer (JAY, 1973, p. 49-51), na análise da troca contida na *Dialética do Esclarecimento* (JAY, 1973, p. 259) e na análise da cultura de massas (JAY, 1973, p. 215).

Mas a influência de Nietzsche não é apenas indireta. Em uma entrevista admitiu que, como estudante, se sentia mais atraído pela crítica de Nietzsche do que pelo marxismo, mas que achava essa crítica muito conservadora e queria combiná-la com uma política de esquerda. Perguntado se o diálogo entre Nietzsche e Marx continuava, respondeu que sim (POSTONE, 2009b, p. 306).

A passagem em que Postone alude a Nietzsche toca no mundo dionisíaco (NIETZSCHE, 2011, p. 512-513), que é o mundo do eterno retorno. Se Postone apela para a analogia com o sujeito-objeto idêntico de Hegel na fórmula do capital, a dinâmica do capital é análoga ao eterno retorno de Nietzsche. Como o capital de Postone, o mundo do eterno retorno “vive de si mesmo” (NIETZSCHE, 2008, p. 510); como a dominação temporal de Postone que “não tem lugar determinado” (POSTONE, 2009a, p. 78), o eterno retorno é uma “força em toda parte” (NIETZSCHE, 2008, p. 512); na dinâmica do capital de Postone o “movimento do tempo” é convertido em “um presente constante” (POSTONE, 2014, p. 346), assim como no eterno retorno “o

mundo persiste – ele não é nada que se torne, nada que passe” (NIETZSCHE, 2008, p. 510); como no “desenvolvimento de uma estrutura paradoxal” de Postone, o mundo do eterno retorno “contradiz a si mesmo” para “voltar ao lar do mais simples”, afirmando a si mesmo ainda nessa igualdade de suas vias” (NIETZSCHE, 2008, p. 512); o eterno retorno, como o capital para Postone, é “um devir que não conhece nenhum tornar-se satisfeito, nenhum fastio, nenhum cansaço” (NIETZSCHE, 2008, p. 512).

Nietzsche justifica a doutrina do eterno retorno com o argumento de que, “se o mundo tivesse um fim, ele já o teria sido alcançado” (NIETZSCHE, 2008, p. 509). O mesmo argumento em escala reduzida – não mais se referindo ao mundo – é o que encontramos em Postone sobre o trabalhador como sujeito revolucionário. Losurdo (2009) nota que o eterno retorno é um argumento contra uma visão unilinear do tempo, um elemento da ideologia revolucionária (LOSURDO, 2009, p. 476). A crítica à visão unilinear do tempo está presente na crítica de Postone ao marxismo tradicional, e seu argumento é que essa unilinearidade, ou direcionalidade, existe apenas no capitalismo; mas paradoxalmente essa direcionalidade acaba em um presente constante, um eterno retorno do mesmo.

Para Nietzsche o eterno retorno, o devir, é um resultado da vontade de poder. Aqui também se pode perceber uma analogia implícita com a dominação abstrata do capital em Postone. A vontade de poder é um impulso, uma força interna (NIETZSCHE, 2008, p. 391), sendo uma intencionalidade não-consciente e não precisa de uma pessoa ou grupo social que tenha a vontade, pois em Nietzsche se trata de uma categoria cosmológica. Em Postone o capital também é movido por uma força interna e pode prescindir até mesmo de um agente com vontade e consciência, o capitalista.

A vontade de poder é um impulso interno de autoexpansão que se exerce contra resistência e assim é dominação, daí se deriva a apropriação que é um “querer-dominar” (NIETZSCHE, 2008, p. 331; 350). Aqui também encontramos uma analogia implícita com a dominação abstrata de Postone: a apropriação, a exploração do trabalho pelo capital é nele uma derivação

de um impulso inconsciente de dominação que pode ser concebido sem nenhum agente dotado de consciência e vontade.

Aqui, no entanto, é preciso ser enfático com relação ao limite da analogia. Postone, ao contrário de Nietzsche, não coloca a vontade de poder ou seu análogo como uma categoria cosmológica, mas como uma categoria histórica. Além disso, em contraste com ele, que procede a uma apologia das relações de dominação na sociedade com todo o seu projeto reacionário, Postone se apresenta como um crítico dessas relações de dominação e, portanto, não carrega as consequências reacionárias de Nietzsche.

De fato, nesse ponto, Postone está mais próximo da interpretação pós-moderna de Nietzsche, mais precisamente de Foucault. É notável que o argumento de Foucault (1999) é quase idêntico ao de Postone: a crítica dirigida ao marxismo tradicional de que o trabalho seja a essência humana, de que o capitalismo seja um sistema de exploração e a afirmação de que a exploração é um resultado de “tecnologias de poder” que se estendem para muito além do trabalho (FOUCAULT, 1999, p. 86). A diferença aqui é que Foucault se refere a “micropoderes” enquanto em Postone se trata de um macropoder abrangente e total, a dominação abstrata do capital.

A proximidade de Postone com o pós-modernismo pode ser contestada, uma vez que ele reivindica para si uma leitura hegeliana de Marx, e é explícito em contrapor essa leitura à virada nietzschiana do pós-modernismo (POSTONE, 2009a, p. 82). Mas o Hegel que reivindica é o mesmo Hegel criticado pelos pós-modernos: o filósofo que dissolve todas as diferenças em uma igualdade (FOUCAULT, 1998, p. 356-359), promovendo assim uma inversão materialista do pós-modernismo, pois, enquanto Foucault afirma que “é necessário nos livrarmos de Hegel” (FOUCAULT, 1998, p. 359), Postone afirma necessário nos livrarmos do capital entendido como o sujeito-objeto idêntico/igual que ele atribui a Hegel.

Postone é claro ao dizer que “a posição crítica marxiana” – tal como reconstruída por ele, deve-se acrescentar – “é mais próxima do pós-estruturalismo do que do marxismo ortodoxo da Segunda Internacional” (POSTONE,

2005, p. 77), e de tudo que ele chama de marxismo tradicional, deve-se acrescentar também. Os objetos de sua crítica são os mesmos da crítica pós-moderna, mas, enquanto estes os apresentam como “narrativas”, Postone os apresenta como a realidade da sociedade capitalista.

Como os pós-modernos, Postone coloca a necessidade de abolição do sujeito (POSTONE 2009a, p. 80), entendido como a realidade do capital e não como uma ilusão narrativa. Mas, em tal tema, de fato se iguala aos pós-modernos ao abolir na sua reconstrução de Marx o trabalho como categoria ontológica – e, portanto, os seres humanos como sujeitos da história – e a classe trabalhadora como sujeito revolucionário. O sujeito que afirma não existir é o mesmo sujeito a que Foucault se refere em sua “crítica radical ao sujeito humano” do qual uma “certa tradição acadêmica do Marxismo não desistiu” (FOUCAULT, 1999, p. 3). Nesse ponto não há inversão materialista, há adoção das mesmas teses pós-modernistas.

Postone também quer a abolição da totalidade (POSTONE, 2014, p. 100-101), da “dinâmica histórica” que é uma “manifestação da heteronomia”, mas que seria característica exclusiva do capitalismo, se alinhando assim com o tema do fim das “grandes narrativas” do pós-modernismo. Como Foucault, que fala da necessidade de nos livrarmos “de toda dialética” (FOUCAULT, 1998, p. 359), Postone restringe a dialética ao capitalismo (POSTONE, 2005, p. 77) e, portanto, a superação do capitalismo realizaria aquilo que Foucault afirmava necessário.

Considerações finais: tão perto, tão longe

Neste artigo se indicou que a análise de Marx feita por Postone não pode ser justificado simplesmente separando *O Capital* do restante de sua obra, com o desgastado argumento da ruptura entre o Marx jovem e o maduro. Sempre se pode alegar que a realidade histórica provou que Marx errou em relação à luta de classes – ainda que isso tenha que apelar para um indutivo

eterno retorno do mesmo – ou que ele era teoricamente inconsistente, mas o argumento de Postone é que ele apresenta o verdadeiro Marx maduro.

O que Postone opera é uma reconstrução da obra de Marx que remete a um artigo de Stefen Bauer escrito em 1977, na Alemanha, onde Postone estava, no Instituto de Frankfurt, nessa época. Nesse artigo Bauer critica Marcuse pela tentativa de buscar um sujeito revolucionário que levaria a superação do capitalismo, uma vez que, segundo o pensamento de Marcuse, os trabalhadores não seriam mais esse sujeito, pelo menos nas sociedades capitalistas avançadas. Bauer vai argumentar contra Marcuse que não há sujeito e a superação do capitalismo seria impossível. Para tanto Bauer procede a uma reinterpretação de Marx, o dividindo entre um Marx esotérico e um exotérico – o da luta de classes (VAN DER LINDEN, 1997, p. 448).

A reconstrução de Postone tem o mesmo sentido da de Bauer, com uma diferença: o argumento da luta de classe e dos trabalhadores como sujeito revolucionário não é mais apresentado como o lado exotérico de Marx, mas colocado fora de sua obra madura e apresentado como uma interpretação errada elaborada pelo “marxismo tradicional” – cuja maior referência em Postone é o Lukács de *História e consciência de classe*. Em vários aspectos – embora não em todos – o “marxismo tradicional” é um espantalho criado por Postone. Desta forma o que era em Bauer o Marx esotérico é apresentado por Postone como o único Marx (VAN DER LINDEN, 1997, p. 448). Dessa vez a diferença entre o texto e a reprodução teórica de Marx e a reconstrução de Postone é que é anulada em uma igualdade.

Mas o Marx que resta da reconstrução de Postone acaba na aparência de sujeito do capital, se afasta da exploração, da luta de classes, de qualquer sujeito revolucionário. No final, o que resta é um Marx que está longe do marxismo histórico e perto do pós-modernismo.

Referências

- ADORNO, T.W. *Negative Dialectics*. Tradução: E.B. Ashton. London: Routledge, 2004
- AUDI, Robert (ed.) *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- BEISER, Frederic. *Hegel*. Nova York e Londres: Routledge, 2005
- FOUCAULT, Michael. *Theatrum Philosophicum*. In: Rabinow, P. (ed.) *Essential works of Foucault, vol.2: Aesthetic, Method, and Epistemology*. Tradução: Robert Hurley. Nova York: New York Press, 1998
- FOUCAULT, "Truth and Juridical Forms." In: Rabinow, P. (ed.) *Essential works of Foucault, vol. 3: Power*. Tradução: Robert Hurley. Nova York: New York Press, 1999
- GRIER, Philip T. (ed.) *Identity and Difference. Studies in Hegel's Logic, Philosophy of Spirit, and Politics*. Nova York: State University of New York Press, 2007
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio. Volume I: Ciência da Lógica*. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola, 1995a
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio. Volume III: A Filosofia do Espírito*. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola, 1995b
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 2. A Doutrina da Essência*. Tradução: Christian G. Iber, Marloren I. Mirando e Federico Orsini. Petrópolis: Vozes, 2017
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 3. A Doutrina do Conceito*. Tradução: Christian G. Iber, Marloren I. Mirando e Federico Orsini. Petrópolis: Vozes, 2018
- JAY, Martin. *The Dialectical Imagination*. Londres: Heinemann, 1973
- LOUSURDO, Domenico. *Nietzsche: o rebelde aristocrata*. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2009
- MARX, Karl. "Marx to Engels, 24 Abril 1867". In: MARX, K. E ENGELS, F. *Collected Works, vol.42*. Tradução: Christopher Upward. New York: Progress Publisher, 1987
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 3*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX Karl & ENGELS, Frederich. *A Sagrada Família*. Tradução: Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003
- NIETZSCHE, Frederich. *A Vontade de Poder*. Tradução: Marcos Sinésio Pereira Fernandes, Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008
- PINKARD, Terry. *German Philosophy 1760-1860. The Legacy of Idealism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002
- POSTONE, Moishe. "Critical Social Theory and Contemporary World." In: *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 19, n.1-2, 2005
- POSTONE, Moishe. "The Subject and Social Theory: Marx and Lukács on Hegel". In: POSTONE, M.; MURTY, V.; KOBAYASHI, Y. *History and Heteronomy. Critical Essays*. Tokyo: The University of Tokyo Center for Philosophy, 2009a

POSTONE, Moishe. "Labour and the Logic of Abstraction: An Interview." In: *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009b

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

VAN DER LINDEN, M. "The Historical Limite of Workers' Protest: Moishe Postone, Krisis and the 'Commodity Logic'". In: *International Review of Social History*, 42, 1997

WOOD, E. M. "O que é a agenda 'pós-moderna?'" In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Org.) *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013